O planejamento familiar

Ives Gandra da Silva Martins
Especial para o DCI

Em setembro último, quando a convite do Governo norte-americano participamos de uma reunião no Banco Mundial, com representantes de outros oito países, também especialmente convidados, mantivemos discussão acalorada com alto funcionário daquela entidade, que fora encarregado da aplicação de especial financiamento do World Bank, na Ásia, para adoção de política, objetivando o que se tem chamado impropriamente de "planejamento familiar".

A linha especial implicava o estímulo aos casais dispostos a amputar as suas ambições de prole numerosa, assim como o apenamento para os casais insubmissos, sempre no campo das vantagens e desvantagens pecuniárias. À pergunta inicial, se eles teriam coragem de aplicar idêntico plano nos Estados Unidos, cuja população tem especial amor à liberdade, a resposta sincera foi não, a partir do que procuramos mostrar o absurdo representado no desperdício de recursos de todas as nações na manipulação de consciências, quando tais recursos poderiam ser aproveitados em educação e saúde, necessidades muito mais prementes do que a adoção de esquemas dignos de George Orwell, na sua trágica profecia para 1984.

Acabamos de receber de nosso particular amigo, Bruce Stokes, pesquisador-chefe do Worldwatch Institute, seu mais recente estudo, "Os Homens e o Planejamento Familiar", onde, sem a crueza do Banco Mundial, procura defender a tese da necessidade de um planejamento familiar como forma redutora da fecundidade humana, a ser suportado por ambos os sexos.

A leitura deste opúsculo e a lembrança daquelas discussões no Banco Mundial, em Washington, trouxeram-nos à memória o 8.º Congresso Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, em Manaus, quando a delegação paulista derrubou proposta apresentada pelo Paraná, no sentido de permitir a outorga ao Estado do direito de controlar a natalidade de seus cidadãos. Nossa manifestação, na reunião, foi a seguinte:

"Entendemos que a preocupação do autor da tese, além de interferir no supremo direito do ser humano, que é aquele de gerar a vida, não representa a realidade atual.

Não é verdade que o mundo está aumentando em população, sem a correspondente capacidade de desenvolver-se.

Desde as teorias malthusianas que o crescimento da população se faz em progressão aritmética e o desenvolvimento tecnológico e econômico da humanidade em progressão geométrica. Os dados estatísticos estão aí a confirmar a falência de tais teorias.

Por outro lado, os países mais desenvolvidos vivem o drama de uma população decrescente, como acentuou Giscard D'Estaing em seu livro "La Democracie Française", ou Simone Veil, ao assumir a presidência do Parlamento Europeu, com a célebre e dramática assertiva: "A Europa aprendeu a produzir tudo e se esqueceu de produzir europeus." Deve-se lembrar que Simone Veil, quando em funções ministeriais na França, foi das mais ardorosas defensoras do planejamento familiar.

Luis Carlos Graça Wagner, especialista nos problemas demográficos, em ensaio preparado para o Gabinete de Estudos sobre o Amanhã, demonstrou

que toda a população atual do mundo poderia ser reunida na metade da Ilha de Chipre, se cada pessoa tivesse um metro quadrado de espaço para ficar, em inequívoca demonstração de que estamos muito longe de qualquer ponto crítico a respeito da densidade populacional.

Muitas vezes, procuram-se enfrentar problemas pelas soluções mais fáceis. É mais difícil planejar corretamente uma adequada distribuição de riquezas e eliminar os desperdícios, principalmente oficiais de máquinas administrativas emperradas e improdutivas do que manter as estruturas dos privilégios à custa da eliminação do direito de gerar a vida, de criar cidadãos, de oferecer condições para viver-se com dignidade.

Não aceitamos as formas simplistas, porque representam o império do egoísmo e das vantagens pessoais daqueles que delas não pretendem abdicar. Principalmente quando tais soluções afetam diretamente este extraordinário dom do ser humano, que é a perpetuação da espécie, que deve ser preservada sem interferências estatais ou de poderosos. A liberdade à vida e ao direito de criá-la está como a mais importante daquelas liberdades que aqui estamos defendendo e, por esta razão, votamos contra a proposta anteriormente apresentada."

Creemos esteja chegado o momento efetivo da procura de soluções mais trabalhosas, porém mais dignas do ser humano. Os poloneses estão demonstrando que a luta por um ideal nobre é capaz de fazer milagres. Que os homens não se deixem apequenar por formulações mesquinhas, pois essas são, à evidência, incapazes de gerar equações permanentes.

Fatos & Negócios

**Grupo Iochpe
adquire
novo banco**

**O novo presidente
da Honda do Brasil**

**Mudança
no IOF afeta
o comércio**